Resenha

Sales Jr., Ronaldo. *Os Filhos da África em Portugal – antropologia, multiculturalidade e educação.* Neusa Maria Mendes de GUSMÃO. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

O livro de Neusa Maria Mendes Gusmão, "Os Filhos da África em Portugal: antropologia, multiculturalidade e educação", apresenta-se como contribuição a uma Antropologia da Educação, ampliando o entendimento da diversidade étnico-sócio-cultural, explicitando, a partir da história particular de um bairro português, o processo contemporâneo desafiador da ordem social inclusiva e multicultural.

Sua publicação no Brasil visa aprofundar e compartilhar um "olhar atlântico" sobre a diáspora africana no mundo, permitindo entender o racismo contemporâneo como um sistema de dominação global, uma ordem social que se caracteriza pela subordinação ou exclusão conforme diferentes contextos geopolíticos.

Juntamente com a expansão marítima européia, no século XV, a migração forçada de milhões de africanos e a escravidão atlântica foram fenômenos complexos, em seus aspectos econômicos, sociais, demográficos, culturais, das tecnologias, das mentalidades e das idéias que deslocaram, condensaram ou extinguiram os sistemas sociais nos quatro cantos do mundo produzindo aquilo que será chamada a "História Universal da Humanidade". O tráfico atlântico de escravos foi um dos importantes instrumentos de "universalização" da História, sendo uma das pioneiras experiências em grande escala daquilo que, asseguradas as diferenças históricas e as proporções geográficas, denominamos hoje de globalização. O racismo, entendido como sistema biopolítico de dominação social, portanto, viria a integrar, a partir da reestruturação das antigas formações sociais, um processo de constituição de um sistema global de dominação com variedades regionais e locais.

Durante o desenvolvimento tanto do imperialismo do século XVI como, principalmente, do novo imperialismo de fins do XIX, o pensamento ocidental construiu uma nova consciência planetária universal constituída por visões de mundo, auto-imagens e estereótipos nos quais a Europa se auto-atribui missão civilizadora em relação aos mundos asiático e africano, na qual o processo de universalização vem acompanhado de processos simultâneos de classificação e hierarquização, constituição de uma hegemonia global (p.ex. divisão internacional do trabalho e desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo).

O tráfico de escravos, no Atlântico, deslocou cerca de quatro milhões de africanos para o Brasil desde o início do século XVI até meados do século XIX. O tráfico português de escravos para as Américas foi o mais antigo, o de mais longa duração e o maior em termos quantitativos. O Brasil foi a região dominante de importação no período do tráfico de escravos no Atlântico até o ano de 1700. Depois de 1800, tornou-se, novamente, a principal região de importação, tendo recebido mais de dois terços dos 2,9 milhões de africanos que chegaram às Américas, neste período.

Haja vista os portugueses terem sido a única dentre as nações européias a efetivar uma colonização africana, limitada, antes do século XIX, conservaram um fluxo constante de africanos escravizados a partir dos portos de Luanda, Benguela e Cabinda, para várias regiões do atlântico, inclusive, a Europa. Por exemplo, no século XVI, os africanos escravizados corresponderiam, aproximadamente, a 10% da população de Lisboa.

A compreensão quanto ao processo de formação das estruturas étnico-sócio-culturais passa, pois, por um estudo que ultrapasse as fronteiras nacionais, constituídas a partir daquele mesmo processo. A instituição das fronteiras e soberanias nacionais, com suas correspondentes formas de organização po-

lítica e de desigualdade social, ocorreu conforme os diferentes modos de inserção numa ordem global em expansão e, ainda, em permanente transformação. Tais fronteiras estão, portanto, constantemente, ameaçadas por diferentes fluxos imigratórios, econômicos, políticos e culturais, exigindo um processo continuado de demarcação. Desta forma, compreender a realidade das relações étnico-raciais de um determinado país pode lançar luz sobre o funcionamento do sistema de dominação global, como sistema de diferenciação e integração geopolítica, interna e externa, das "nações", e vice-versa, abrindo, então, possibilidades comparativas.

Em Portugal, os trabalhos sobre a "questão negra" que privilegiam relações e desigualdades sociais parecem constituir um campo em franco desenvolvimento, em vista da presença estrangeira de imigrantes africanos lusófonos, ou seja, advindos de antigas colônias portuguesas em África. Enquanto, no Brasil, em razão da retomada da "questão negra" mediante a adoção de uma política social que engendraria, segundo Neusa Gusmão, processos de etnicização da realidade brasileira. Ao contrário da autora, acreditamos que a adoção de tais políticas implicaria não uma etnicização antes inexistente, mas a rearticulação de processos históricos de etnicização já constitutivos da realidade social brasileira. As relações étnico-raciais brasileiras passariam, assim, por uma redefinição que as conduziria, dentre outras coisas, à sua tematização e enfrentamento públicos. Não se pode esquecer, ainda, que um dos acontecimentos decisivos para a adoção daquelas políticas foi a participação de uma delegação oficial, formada por representantes de instituições governamentais e da sociedade civil, na Conferência Internacional Pela Eliminação de Todas as Formas de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, em Durban, África do Sul, em setembro de 2001.

É sobre a "questão negra" em Portugal, enfocando os imigrantes africanos lusófonos e seus filhos, em particular, na cidade de Lisboa, que trata o trabalho de Neusa Gusmão que busca analisar as formas e as dificuldades de inserção social, econômica e cultural dos luso-africanos. A análise privilegia as populações mais novas, crianças e jovens, como sujeitos do olhar, assumindo como tema central a condição decorrente da origem e da cor, como mecanismos de convivência étnico-racial que são elaborados e transformados pelo confronto com a sociedade nacional.

A escola foi eleita como um lugar crucial de acesso e composição da população investigada e, simultaneamente, é uma das agências fundamentais de formação que participam da definição dos sujeitos sociais. O trabalho de Neusa Gusmão leva em consideração, também, a questão do espaço urbano, das metrópoles e das nações, a questão do pertencimento e da memória, olhando-se para a história do presente e do passado, para a África e para Portugal. A análise coloca, ainda, em confronto a identidade portuguesa "transatlântica" do passado e a identidade portuguesa do presente, voltada para a Europa e seu centro. Uma reordenação na forma de inserção no sistema global, conduziria a uma interiorização "pós-colonial" do conflito e da dominação coloniais. Contradições e conflitos emergiram da imigração africana, parte do processo de modernização portuguesa e de sua integração na União Européia, e eclodem dos processos de discriminação, racismo e xenofobia.

Entendendo a antropologia como a ciência da inversão que, neste sentido, tem como parte de sua tradição a questão do "outro", a saída de "nosso" mundo, de "nosso" lugar social ou mesmo, o estranhamento do familiar para torná-lo objeto de conhecimento, a autora propõe um diálogo transdisciplinar com o campo da educação e com a pedagogia. Para Gusmão, contudo, ao contrário da antropologia, preocupada com o "outro", cruzando fronteiras, detectando fronteiras, a educação parece estar relativamente voltada para o "mesmo" e para a ordem social

Caderno de Estudos Sociais V23 N1e2150d 9/12/2010, 15:49

constituída. É desta tensão entre o "mesmo" e o "outro", situada não apenas no objeto de pesquisa, mas atravessando todo o campo teórico-metodológico da investigação, na interface entre antropologia e educação, que se colocam os desafios epistemológicos da pesquisa. Nesta perspectiva, a antropologia impõe-se entre o "eu" e o "outro", estabelecendo um terceiro lugar a partir do qual é possível compreender a ambos como iguais, numa produção de conhecimento que constrói pontes, coloca para dialogar grupos, sujeitos sociais diversos, diferentes culturas. A antropologia, assim, torna-nos aptos a entender e pensar as sociedades como fenômenos interculturais, implicando na diversidade dos contextos de aprendizagem, conforme as muitas culturas que constituem a realidade social.

É obvio que esta apresentação da antropologia consiste num projeto político-teórico da autora, em clara oposição ao papel "(pós-colonial)" que a antropologia cumpriu e, muitas vezes, ainda cumpre, reforçando fronteiras e hierarquizando diferenças, mesmo que pela incorporação ou integração "civilizadora", partindo de identidades fixas e previamente dadas.

O processo pedagógico, por seu turno, que não começa nem termina na escola, é abordado como processo que articula ou desarticula práticas, valores, crenças, vivências, estilos, modos de vida. É, portanto, parte dos processos de constituição das identidades e dos sujeitos sociais, pessoais ou coletivos, estabelecendo equivalências e demarcando fronteiras. Como parte desses processos, apresenta-se o sistema educacional institucionalizado na e pela rede escolar, dispositivo de produção e reprodução da ordem social constituída. Nas sociedades modernas capitalistas, a escola se faz agência dois processos educativos centrados na socialização e formação dos sujeitos em uma dada nação, definindo e distribuindo saberes formais, curriculares, projeto (político) que desconsidera ou desvaloriza outros saberes tidos como informais, locais, formados pela aprendizagem de modo pragmático no seio da família, da vizinhança e do grupo de origem.

> Ao chegar à escola, o entendimento de mundo que a criança traz consigo é desconsiderado, como também o processo pelo qual esse saber foi construído na relação de proximidade ou de distância aos adultos, a outras crianças, entre parentes e vizinhos, no lugar onde vive e em razão da experiência vivida que configura uma *memória cultural (p.41)*

A escola é, pois, lugar privilegiado para a análise desses (des)encontros de saberes, resultando em formas de interpretação da vida que se anulam ou se opõem, pondo em risco a continuidade histórica do modo de vida de um grupo, num campo marcado por complementaridade e conflito.

Ademais, Gusmão salienta o papel que a escola tem no processo de normalização das relações sociais nas grandes cidades do mundo, procurando integrar no tecido da sociedade aqueles sujeitos vistos como "desenquadrados sociais", marcados por "condutas e culturas rebeldes", estigmatizados por "excessos" e "transgressões". Converte-se em problemas educativos todos os problemas sociais pendentes como a violência, a droga, o racismo, a prevenção da AIDS, esperando que a escola encontre soluções para eles.

É no contexto apresentado, que surgem, em Portugal, as políticas multiculturais de igualdade e inclusão, tendo como sujeito-alvo crianças e jovens luso-africanos e novos luso-africanos. Portugal, como membro da União Européia, espera que a escola venha a exercer o controle político e social dos grupos sociais formados por imigrantes e seus descendentes, considerados "diferentes", com vistas à integração nas sociedades receptoras e em defesa dos direitos gerais de cidadania, reorientando as reivindicações elaboradas por aqueles grupos, perante os desmandos de uma ordem social injusta e excludente, em relação aos processos xenofóbicos e racistas do mundo europeu.

Caderno de Estudos Sociais V23 N1e2151d 9/12/2010, 15:49

As reflexões de Neusa Gusmão acerca do papel social da educação na efetivação de um projeto de multiculturalismo em relações étnico-raciais representam, também, uma contribuição significativa para o debate, no Brasil, acerca de políticas de ação afirmativa em educação, em especial, a lei 10.639/2003 que modifica o currículo escolar incluindo como conteúdo obrigatório a História e a Cultura Africanas e Afro-brasileiras.

No livro, Neusa Gusmão debruçou-se sobre a seguinte questão: "como articular um campo de tensão posto pela heterogeneidade das situações que emergem com os processos de migração e os processos homogeneizantes requeridos pela emergência de grandes blocos econômicos como no caso da União Européia?".

As migrações internacionais contemporâneas, tal como acontecem no caso português, seriam, então, marcados por uma contradição, expressa pela questão formulada, que se realiza, ao mesmo tempo, no espaço geográfico global. Os fluxos migratórios na Europa traduzem-se em movimentos populacionais contínuos convergindo para os grandes centros urbanos, resultando em crescente diversidade étnica e cultural no interior das sociedades européias. Tais diferenças étnicas encontram-se associadas a desigualdades de acesso à riqueza, ao poder e ao prestígio social, propiciando relações de tensão e a eclosão de conflitos de caráter racial. Neste contexto, os governos tendem a estancar os fluxos de imigração, enquanto, na sociedade civil crescem e propagam-se sentimentos de animosidade, rivalidade, segregação e racismo contra populações imigrantes, principalmente, advindas de outros continentes. Porém, surgem, também, discursos em favor da diversidade cultural baseada no respeito pelas diferenças, conhecidos como multiculturalismo.

O trabalho de Gusmão tenta mostrar que existe no multiculturalismo uma concepção que vê os processos multiculturais como parte integrante das políticas de igualdade, para além da constatação da diversidade das sociedades. Contudo, mostra-nos Gusmão, as políticas de igualdade não conseguem alcançar uma norma identitária única, seja na forma de uma identidade nacional ou na forma de representações sociais tidas por universais, relações de força e de enquadramento que não realizam seu objetivo de modo pleno e que, ao mesmo tempo, provocam reações a uma ordem social que iguala a partir de cima, conforme um modelo dominante.

A resistência ao "modelo dominante" é, contudo, árduo processo de reelaboração do próprio e do alheio, de seleção e combinação, para se proteger e se desenvolver em condições que os grupos subalternizados não controlam. Tal processo exige, freqüentemente, *transações* entre o hegemônico e o subalternizado que não são propriedades intrínsecas das práticas, mas modalidades, ambíguas e transitórias, dos conflitos em que se articulam, pólos de uma relação variável.

Porém, é fundamental para a gramática política estabelecer sobre as linhas de variação contínua, os pontos de divergência e reconduzir, a partir deles, os discursos políticos' a um plano em que teses opostas possam ser comparadas, e no qual os argumentos alegados a favor de uma solução tornem-se objeção à outra e vice-versa. Porém, a condição de possibilidade da oposição e da contradição é o formigamento de diferenças livres, multiplicidade informal e potencial, antagonismo social, fluxos.

No plano ideológico, a transação aparece como a tendência a incorporar e valorizar positivamente elementos produzidos "fora" do grupo (critérios de prestígio, hierarquias, desenhos e funções dos objetos), sem questionar o sistema de dominação. Por vezes, a transação é uma forma de obter certa reciprocidade dentro da subordinação, sendo tão assimétrica que supõe não apenas o não questionamento, mas, sobretudo, a aceitação da problemática e sua "solução" nos termos estabelecidos pelo discurso hegemônico (CANCLINI, 1988). Simultaneamente, o modelo dominante nunca se efetiva plenamente, senão por deslocamentos e rearranjos sucessivos:

Caderno de Estudos Sociais V23 N1e21152d 9/12/2010, 15:49

> Insistentemente sujeitos aos regimes de verdade e objetividade enunciados desde o lugar do "avançado", repetimos o modelo (e assim confirmamos sua primazia), ainda que apenas para fraturá-lo, apontar sua polissemia, seu desajuste consigo mesmo e, sobretudo, negar sua ânsia de domínio e suas projeções nostálgicas *(BURITY, 1997, p. 19)*

Este processo que é apresentado no trabalho de Gusmão como um dilema entre homogeneidade e heterogeneidade de identidades sociais previamente dadas e em conflito, sem problematizar tais identidades ou comunidades político-sociais.

Neste contexto, a União Européia delegou às escolas o papel de promover a harmonia, estabelecendo pontes de comunicação e compreensão entre os diferentes grupos da comunidade, através do investimento nos currículos multiculturais que privilegiam o étnico como sinônimo de multiculturalidade, mas olvidando outras dimensões que, igualmente, constituem o fenômeno. Por ser a imigração africana dos países lusófonos a mais significativa no caso português, acaba-se por estabelecer uma correspondência direta entre a dimensão étnica dos migrantes e a multiculturalidade, deixando em segundo plano as diferenças lingüísticas, religiosas e culturais das quais Portugal nunca esteve isento, mesmo não as reconhecendo.

Gusmão efetiva a discussão dessas questões conforme sua realização nas vivências de crianças e jovens negros portugueses de origem africana moradores de um bairro de lata, chamado a Quinta Grande, em Lisboa, buscando recuperar o conceito de educação multicultural, a partir do qual o Estado português construiu e constrói sua políticas multiculturais, para entender como isso é feito na prática. O exemplo português, visto pela perspectiva de um bairro e de seus moradores, apresenta os limites colocados pela "ordem social vigente", comprometendo o entendimento da diversidade étnico-sócio-cultural.

Sem a modificação da própria estrutura escolar, para além de qualquer mudança curricular, a educação intercultural é relegada para o plano meramente propositivo, impossibilitada de ser colocada em prática. Num mundo globalizado, onde os intensos fluxos migratórios de mão-de-obra, o conhecimento e as tecnologias da informação são fatores fundamentais da formação do capital, a cultura e a educação tornam-se vantagens competitivas e a formação, capacitação. Segundo Gusmão, está, portanto, em questão a estrutura do próprio sistema capitalista em sua fase atual globalizada: ao contrário dos objetivos anunciados da ação educativa para a harmonia e o equilíbrio, está em questão o campo educativo como campo de poder e conflito, na escola e fora dela, colocando-se em jogo as possibilidades identitárias dos diferentes agentes sociais, reforçando e hierarquizando as diferenças entre eles.

Referências Bibliográficas

BURITY, Joanildo A. Identidade e Política no Campo Religioso: estudos sobre cultura, pluralismo e o novo ativismo eclesial. Recife: IPESPE/EDITORA UFPE, 1997.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Gramsci e as culturas populares na América Latina*. in: COUTINHO, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs.). Gramsci e América Latina**.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Caderno de Estudos Sociais V23 N1e21153d 153 9/12/2010, 15:49